



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Projeto de Resolução n.º 2260/XIII/4.^a

Recomenda ao Governo a adoção de medidas urgentes para reforçar a resposta pública na saúde no distrito de Beja

I

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é o garante da proteção e promoção da saúde dos Portugueses. O Serviço Nacional de Saúde, geral, universal é, em termos financeiros, suportado por verbas do Orçamento do Estado. Porém, o SNS tem-se confrontado com um subfinanciamento crónico, apesar de desde 2016 até ao presente terem sido transferidas mais verbas do OE para o SNS, que agrava os problemas de desempenho principalmente no que respeita aos resultados decorrentes da prestação de cuidados de saúde. O SNS continua a ser um dos melhores serviços públicos que apesar de todo o enfraquecimento de que tem sido alvo, importa, no entanto, dota-lo de recursos materiais, tecnológicos, humanos e equipamentos que permitam o seu desenvolvimento.

É bem conhecida qual é a resposta aos problemas do SNS, a qual se faz através da modernização e melhoria das instalações e equipamentos, a contratação e valorização dos profissionais, só assim se poderá assegurar a prestação de cuidados ao nível dos cuidados hospitalares, dos cuidados de saúde primários, dos cuidados continuados integrados e dos cuidados paliativos de forma célere, em qualidade e em segurança.

A área de influência da Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE (ULSBA) corresponde ao distrito de Beja, excetuando o concelho de Odemira que se encontra integrado na Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, EPE (ULSLA).

O distrito de Beja, todo ele, tem sido o distrito onde há décadas é bem visível o agravamento do acesso por parte da população aos cuidados de saúde aos mais diversos níveis e respostas ao nível da prevenção, do tratamento ou da reabilitação. As dificuldades no acesso aos cuidados derivam desde logo do encerramento de serviços de proximidade, nomeadamente, de extensões de saúde e Serviços de Atendimento Permanente (SAP), bem como pela redução dos seus horários de atendimento e dias de funcionamento. A perda de valências hospitalares, que obriga a longas deslocações para consultas agravado pela perda nos apoios no transporte de doentes não urgente. E principalmente, provavelmente a maior dificuldade no acesso à



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

saúde por parte da população é o facto de a ULSBA se debater com uma enorme falta de profissionais de saúde em todos os grupos profissionais, mas onde a carreira médica é a mais afetada, sendo que o quadro está apenas preenchido com 67,5% dos médicos, ou seja, estão em falta 74 médicos.

II

No que respeita aos cuidados hospitalares, atualmente o distrito de Beja dispõe de apenas um hospital, com 49 anos de idade, o Hospital José Joaquim Fernandes, mais conhecido por Hospital de Beja, localizado no concelho de Beja, com 215 camas de internamento. Desde muito cedo se identificou que as instalações do hospital careciam de intervenção urgente que colmatasse insuficiências do projeto inicial inaugurado em outubro de 1970. A evidente disfuncionalidade ao nível das instalações conduz a uma dificuldade em assegurar o acesso aos cuidados de saúde hospitalar às populações dos concelhos abrangidos pelo Hospital de Beja. Por isso mesmo, para responder às insuficiências, foi há mais de 47 anos iniciado o processo de remodelação e ampliação do Hospital de Beja a que chamaram de “segunda fase”. Segunda fase, essa, que nunca passou do projeto técnico.

Perante tamanhas dificuldades relacionadas com as condições das instalações e equipamentos do Hospital de Beja, o PCP levou à Assembleia da República um projeto de Resolução que foi aprovado e deu origem à Resolução da Assembleia da República n.º 273/2018 que Recomenda ao Governo que adote medidas para se dar início à remodelação e ampliação do Hospital de Beja. Esta ampliação é tanto mais importante e necessária por quanto diversas consultas externas funcionam há mais de 15 anos em contentores “provisórios” no parque de estacionamento do hospital, o bloco operatório, o serviço de urgência e imagiologia não correspondem às necessidades de atendimento e resposta que a população precisa muito porque o espaço físico não o permite.

Como já identificámos a ULSBA debate-se com uma enorme falta de profissionais, muito sentido a nível dos serviços de obstetrícia, pediatria, ortopedia, imagiologia, entre outros. Só no serviço de obstetrícia serão necessários mais 10 médicos para assegurar e garantir o serviço de urgência obstétrica 24 sobre 24 horas aberto. O que não tem sido possível, pois só em 2019 este serviço já foi forçado ao encerramento temporário por 5 dias por falta de médicos para a escala de serviço.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

O problema da carência de médicos não é apenas no imediato, como também o é a medio prazo, uma vez que nos próximos 5 anos mais de 60% dos médicos estarão em condições de se reformarem, para além de já poderem recusar o trabalho de urgência e urgência noturno, a partir dos 55 e 50 anos de idade respetivamente. Ainda assim, apenas dois médicos é que não fazem urgência, todos os outros o fazem apesar de terem condições para recusar. Vale, pois, a dedicação e empenhamento dos profissionais de saúde para assegurar a prestação de cuidados, contudo esta situação chegará a um ponto insustentável porque no que respeita aos profissionais de saúde médicos, como atrás aludimos, é enorme o envelhecimento deste grupo profissional.

A ULSBA recorre à contratualização de médicos por recurso a empresas de prestação de serviços devido à falta de profissionais de saúde. Esta situação, não sendo vantajoso para utentes, instituição, é mesmo muito desmotivadora e injusta para com os profissionais do quadro que há décadas se dedicam à instituição, pelo contrário os contratados às empresas, não se integram nas equipas nem nos serviços. Para além de não terem o dever de responder hierarquicamente aos responsáveis dos serviços uma vez que responde em primeiro lugar à empresa que os representa.

III

No que respeita aos cuidados de saúde primários e à semelhança dos cuidados hospitalares sente-se o grande problema relacionado com a falta de profissionais de saúde, mais sentida a nível do grupo profissional médico quer pela sua falta imediata quer futura por via da aposentação. Isto levará a que grande parte dos utentes venham a ficar sem médico de família, sendo que atualmente e segundo fonte hospitalar cerca de 3 mil utentes estão sem medico de família. Esta situação é muito preocupante, uma vez que para além de estes utentes perderem a principal porta de acesso aos cuidados de saúde o cenário, a não serem tomadas as medidas necessárias será de aumento do número de utentes sem médico e enfermeiro de família.

O problema da fixação de profissionais de saúde no distrito de Beja não é algo recente e não pode ser desligado do desenvolvimento económico e social da região, que com longos anos de desinvestimento nos serviços públicos e infraestruturas fundamentais ao combate das



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

desigualdades territoriais acaba por não contribuir para que a região seja atrativa para quem está no início da sua carreira profissional. Há, pois, uma enorme dificuldade em cativar profissionais para trabalhar nos centros de saúde do distrito, sendo que formamos os profissionais nos nossos serviços e centros de saúde, mas que depois se vão embora para outras regiões.

As dificuldades de acesso não se ficam só pela carência de profissionais de saúde, no que respeita às instalações também se verificam grandes problemas com encerramento de extensões de saúde. Nesse sentido, um pouco por todo o distrito, diversas extensões de saúde encontram-se encerradas, algumas há mais de uma década, por necessidade de obras de manutenção e melhoramentos, obrigando as populações que na sua grande maioria são idosos com fracos recursos económicos e com muitas dificuldades em termos de mobilidade, quer pela debilidade física quer pela reduzida oferta de transportes públicos, a deslocarem-se às sedes de concelho a fim de serem atendidos.

IV

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), integrada no SNS tem como objetivo a “prestação de cuidados continuados integrados a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência”. O envelhecimento de uma parte significativa da população deve levar a que a área dos Cuidados Continuados Integrados seja considerada importante ou mesmo prioritária, promovendo-se simultaneamente também a necessidade da maior integração dos cuidados de saúde primários com os cuidados hospitalares.

Nos últimos 12 anos, a criação e abertura de unidades de internamento de cuidados continuados tem surgido sobretudo pelo financiamento público a prestadores privados. É verdade que têm aumentado o número de camas de cuidados continuados, nomeadamente por contratos com IPSS e Misericórdias e não por unidades públicas. O aumento do número de camas ainda é insuficiente para responder às necessidades da população. Persistem, ainda, inúmeras carências na prestação de cuidados a este nível, principalmente no que respeita à



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

capacidade e meios humanos, em especial no reforço das equipas de Cuidados Continuados Integrados (ECCI).

Para reforçar os cuidados continuados é necessário investimento público e reforço de meios, que persistem em níveis muito aquém da resposta pública necessária, sendo essa falta particularmente sentida no distrito de Beja, onde o concelho de Beja onde se localiza a maior concentração de utentes não dispõe de uma única unidade de internamento e a ECCI de Beja vive com francas dificuldades no que respeita a recursos humanos e equipamentos principalmente viaturas que permitam a prestação de cuidados domiciliários.

No que respeita às Equipas comunitárias e Intra-hospitalar de Suporte em Cuidados paliativos as mesmas são sujeitas a uma disponibilidade e uma elevada exigência no que respeita à natureza dos cuidados que asseguram. No distrito de Beja pelas suas características geográficas e de dispersão demográfica, impõem uma maior reforço de equipas e profissionais no caso das equipas comunitárias. Por isso é necessário o reforço das equipas de cuidados paliativos no que respeita ao número de profissionais e multidisciplinariedade.

Tendo em conta o exposto, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PCP apresentam o seguinte Projeto de

Resolução

A Assembleia da República recomenda ao Governo, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República, que:

1. Ao nível dos Cuidados de Saúde Hospitalares:
 - a. Reforce as medidas de incentivo e apoio à fixação de médicos na Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE, com particular destaque às especialidades médicas mais carenciadas, como seja a obstetria, a Pediatria, a Imagiologia, a Ortopedia, entre outras;
 - b. Avance com medidas com vista à fixação de médicos após o término do internato médico na Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

- c. Proceda à contratação dos enfermeiros, técnicos superiores de saúde, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e assistentes operacionais em falta na Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE, garantindo-lhes adequadas condições de trabalho, de desenvolvimento e valorização profissional;
 - d. Reforce significativamente o investimento na manutenção e renovação de equipamento na Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, EPE, nomeadamente no que respeita ao serviço de Esterilização, Ortopedia, Ginecologia e imagiologia;
 - e. Promova o financiamento com vista à instalação do equipamento de ressonância magnética através do respetivo projeto técnico, plano e execução das obras necessárias;
 - f. Concretize a Resolução da Assembleia da República n.º 273/2018, que Recomenda ao Governo que adote medidas para se dar início à remodelação e ampliação do Hospital de Beja.
2. Ao nível dos Cuidados de Saúde Primários:
- a. Promova a atribuição de médico e enfermeiro de família a todos os utentes do distrito de Beja;
 - b. Assuma a remodelação e manutenção das obras de melhoria das extensões de saúde, do distrito de Beja, encerradas por motivo de deficiências nas instalações, reabrindo todas as extensões de saúde encerradas;
 - c. Crie Unidades de Cuidados na Comunidade por forma a que todos os concelhos do distrito de Beja sejam servidos por esta tipologia de unidade funcional;
 - d. Reforce o número de profissionais de saúde dedicados exclusivamente às áreas de saúde infantil e pediátrica, reabilitação e na área da saúde mental.
3. Ao nível dos cuidados continuados integrados:



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

- a. Reforce a capacidade de resposta pública da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados;
- b. Inicie procedimentos com vista à criação em 2020 de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção, bem como de Uma Unidade de Média Duração e Reabilitação no concelho de Beja;
- c. Atribua a todas as Equipas de Cuidados Continuados Integrados uma viatura, de uso exclusivo por estas, que assegure a prestação de cuidados domiciliários.
- d. Dote as equipas domiciliárias e intra-hospitalares de Suporte em Cuidados Paliativos de recursos humanos suficientes, garantindo as dotações seguras e a multidisciplinarietàade.

Assembleia da República, 3 de julho de 2019

Os Deputados,

JOÃO DIAS; CARLA CRUZ; JOÃO OLIVEIRA; JORGE MACHADO; RITA RATO; PAULO SÁ; DIANA FERREIRA; DUARTE ALVES; BRUNO DIAS; ANA MESQUITA; ÂNGELA MOREIRA; PAULA SANTOS; ANTÓNIO FILIPE;